

A PROPÓSITO DE 1842

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

O período regencial no Brasil (1831-1840) caracterizou-se por ser uma época de intensa fermentação político-ideológica-revolucionária, época das mais ricas em nossa História, de movimentos contestatórios, de caráter popular, transcorridos nas províncias do Norte e do Sul, como o seriam, entre outros, o dos Cabanos (Pará), a Sabinada (Bahia), e o dos Farrapos (Rio Grande do Sul).

Advinda a queda dos liberais, e com a instalação do Gabinete de 23 de março de 1841, composto por conservadores, a exacerbação dos ânimos cresceria dia a dia, em decorrência de uma série de medidas levadas a efeito por aquele Gabinete, dentro as quais os programas de reforma das leis então vigentes, com o objetivo básico de limitar o excesso de liberalismo herdado do período regencial.

Com a dissolução da Câmara na sessão legislativa de 1842, com a reinstalação do Conselho de Estado (suprimido pelo Ato Adicional de 1834), com a reforma do Código de Processo Criminal (1841), onde a jurisdição policial fora reforçada, os liberais, no intuito de defenderem as instituições, tornaram-se mais intransigentes, contando com o apoio da imprensa, num cerrar-fleiras com as atitudes do Ministério.

O momento era assás propício para a atuação das sociedades secretas, tendo sido criada a “Sociedade dos Patriarcas Invisíveis”, instalada na Corte, mas com ramificações em todas as Províncias, e que passaria a lançar proclamações em todo o Império, concitando o povo a pegar em armas contra o Governo a fim de impedir a execução das leis de 1841, então propostas.

A princípio parecia que o espírito revolucionário alastrar-se-ia por todo o Império, mergulhando-o no caos de uma guerra civil; daí, a atitude de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (futuro Barão de Cocais) em escrever ao Monarca dando-lhe ciência dos perigos a que o Brasil estava exposto, caso fosse mantido aquele Ministério. Entretanto, consta que o Imperador nem tenha chegado a receber tal comunicação.

É certo, de igual modo, que os pronunciamentos das Províncias não tiveram eco e que a linguagem violenta utilizada pelos paulistas ao dirigirem-se ao Ministério em janeiro de 1842, fez com que sua Moção fosse recusada. Fora a revolta tramada no Rio de Janeiro e, por estar a Província de São Paulo mais próxima da do Rio Grande do Sul, que se encontrava desde 1835 conflagrada com o movimento dos Farrapos, fora a escolhida para o levantar das armas, contando com a adesão e de Minas e do Rio Grande do Sul.

Proclamaram, então, os paulistas, a 12 de maio, como presidente Interino da Província, Rafael Tobias de Aguiar, que havia sido demitido pelo novo Ministério em 1841.

Entre proclamações e manifestos, contando com o apoio de várias municipalidades, com políticos de prestígio, esperando reforços que não chegavam, pela província ter ficado isolada pelas forças da situação, os paulistas já estavam derrotados quando os mineiros entraram na luta. É aclamado José Feliciano Pinto Coelho, como presidente interino da Província, tendo sido, como na província paulista, enviado às câmaras municipais circulares apelatórias para que não fossem executadas as leis de reforma do Código do Processo, bem como não fosse dada posse às autoridades nomeadas em razão daquelas leis.

De imediato, José Feliciano, o grande chefe do movimento, segue para Barbacena, juntando-se a novos elementos, dos quais o mais expressivo seria o Cônego José Antônio Marinho, que se tornou o historiador da Revolução, e que, como maior propagandista do espírito revolucionário, censuraria a morosidade das operações, a suspensão das garantias constitucionais e o apelo à Guarda Nacional para as armas, além de determinar a prisão das autoridades e o seu deportar para Lisboa.

Assim, o movimento iniciado em Barbacena ia encontrando em todas as comarcas de Minas e cabeças de município, onde o

governo revolucionário era reconhecido principalmente porque o povo apercebeu-se não só da inconstitucionalidade com que o governo converteu em Lei apenas um “projeto de Lei”, como também pelo valor moral e intelectual dos homens que os dirigia. De igual modo, o clero ver-se-ia envolvido com esta revolta, cooperando muito para o momentâneo êxito revolucionário.

Parece-nos importantes frisar que a revolta de 1842 fora fruto da época e do meio onde se desenvolveu. Não podiam as províncias de São Paulo e Minas escaparem às conseqüências da estrutura política do Império, com sua excessiva centralização, estando as províncias entregues aos caprichos dos chefes políticos que faziam o jogo ora dos liberais, ora dos conservadores, partidos que gravitavam mais em torno de seus chefes do que idéias, com uma tênue linha de separação entre eles.

Eis aí o porquê da história política do Império girar sempre em torno da sucessão freqüente dos gabinetes liberais e conservadores, perturbando sobremaneira a vida das províncias, as quais, pelo isolamento em que geralmente se encontravam com relação ao governo central, iriam sentir de perto as conseqüências advindas da própria situação política do País.

Acreditamos que, do ponto de vista político, os movimentos de São Paulo e Minas Gerais não tenham passado de “movimentos liberais”, sem alteração algumas para a vida política do país, salvando-se, contudo, por exemplo, a dedicação de alguns dos seus próceres, sem no entanto, sequer nos revelar um sentido social, tal como o que teria se manifestado, poucos anos mais tarde, em 1848 no movimento da rua da Praia, em Pernambuco.

Mas 1842 contribuiu como tantos outros movimentos, para revelar algumas das fraquezas e contradições do sistema político vigente. É claro que as revoluções de 1842 e 1848 não seriam, por si, suficientes para modificar qualquer coisa de substancial na vida política do País. Aliás, nem a própria República, quase meio século depois, o fez. Era praticamente impossível, com movimentos armados dessa natureza, nos quais os interesses particulares ou de grupos pareciam predominar, construir algo de concreto que transcendesse às suas preocupações imediatas. O problema não deveria ser apenas de forma, mas de essência. E, em verdade, nenhum dos grupos que então atuavam na vida política brasileira teria condições de realizar a almejada ruptura com um passado que ameaçava ruína, e ainda sem esperanças num futuro que sequer forma possuía...